



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ-PA

CARMEM CLÉIA DE SOUSA LIRA

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE AS CONCEPÇÕES DO EDUCAR E DO CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARABÁ-PA
2014

CARMEM CLÉIA SOUSA LIRA

**ENTRELAÇAMENTOS ENTRE AS CONCEPÇÕES DO EDUCAR E DO CUIDAR
NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR apresentado à Universidade Federal do Pará-UFPA/Campus–Marabá-PA, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação da Professora Msc Édina do Socorro Gomes Rodrigues.

MARABÁ-PA
2014

CARMEM CLÉIA SOUSA LIRA

**TENTRELAÇAMENTOS ENTRE AS CONCEPÇÕES DO EDUCAR E DO CUIDAR
NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR apresentado à Universidade Federal do Pará-UFPA/Campus–Marabá-PA, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação da Professora Msc Édina do Socorro Gomes Rodrigues.

Data da aprovação:

Banca examinadora:

Profa. Msc. Édina do Socorro Gomes Rodrigues – Orientadora

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.Dr. Ivan Costa Lima - Membro

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus “Meu Braço Forte”, a todas as pessoas que de alguma forma me auxiliaram nessa caminhada destacando Esposo, Filhas, Irmã Josélia, que sempre me dedicaram atenção, compreensão e apoio para que pudesse realizar essa pesquisa compartilhando comigo momentos de alegrias e aprendizado, em especial dedico a minha mãe (in memoria).

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A Deus, o centro da minha vida, por ter me sustentado em Suas mãos para que eu não tropeçasse em meio as adversidades e provações.

A minha irmã Josélia, por trilhar comigo nessa caminhada, oferecendo seu carinho e apoio nos momentos tristes.

Ao meu amor, Gilneir Moraes de Lira, que mais do que ninguém esteve ao meu lado em todos os momentos, apoiando-me integralmente na construção desse trabalho compreendeu a ausência e a falta de atenção com muito carinho, de mostrando uma verdadeira prova de amor.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
I – A EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROCESSO DE CUIDAR E EDUCAR: DEFININDO ALGUNS CONCEITOS .	10
1.1 A Educação Infantil	10
1.2. Cuidar	11
1.3. Educar	13
1.4. O Conceito de Infância e Família.....	14
II – O CUIDAR E EDUCAR: UM NOVO PERCURSO	25
2.1. Novas perspectivas sobre o cuidar e educar	25
2.2 A Formação do profissional da educação infantil na perspectiva do cuidar e educar	27
III – O CUIDAR E EDUCAR NA VISÃO DAS PROFESSORAS DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA.....	31
3.1 A Trajetória da pesquisa	31
3.2. Analisando as falas das professoras	32
Quadro 1.....	32
Quadro 2.....	32
Quadro 3.....	32
Quadro 4.....	33
Quadro 5.....	33
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS.....	38
LISTA DE SIGLAS.....	39

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar os atos de cuidar e educar dentro do processo de aprendizagem iniciado na pré-escola sob uma perspectiva progressiva, isto é, que tende a ser discutida para posteriormente ser ajustada de acordo com as reais necessidades de todos os envolvidos – crianças e educadores. Com base no trabalho desenvolvido por três educadoras do município de São Domingos do Araguaia, tentamos através de uma pesquisa, fazer a constatação da hipótese de que os atos de cuidar e educar são paralelos durante o processo de contato das crianças com o ambiente escolar e, principalmente com os seus educadores. Por meio de apontamentos teóricos é que norteamos tal pesquisa acerca da prática pedagógica neste período chamado de pré-escola e que é de suma importância na vida dos alunos, pois é nessa fase da infância que eles desenvolvem as primeiras impressões do mundo. Portanto, temos como objetivo a comprovação de que devido à seriedade da influência exercida pelo professor nos alunos, faz-se necessário a aplicação de políticas públicas efetivas na educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: cuidar e educar.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o cuidar e educar surgiu durante a minha trajetória acadêmica quando a partir de leituras acerca do tema nas disciplinas Currículo e Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil, passei a entender que durante o processo cuidar e educar são conceitos indissociáveis (crianças de 0 a 5 anos), pois antes eu acreditava que tais ações ocorriam de forma separada, já que entendia o conceito de creche como um ambiente acolhedor, mas que só oferecia cuidados e assistência às crianças, cujos pais ou responsáveis precisavam trabalhar e contavam com estes espaços para garantir o cuidado de seus filhos durante a maior parte do dia. E que era somente na pré-escola que as crianças começavam a aprender escrever, contar, identificar letras e cores.

A discussão que se coloca hoje é que a educação infantil vai além dessa concepção assistencialista herdada do início do século XX, quando surgiram as primeiras instituições de acolhimento de crianças, as quais tinham como foco o cuidado, bem estar e higiene dessas crianças, e isto constituía as principais funções das Instituições Infantis no Brasil. (RCNEI, 1998).

De acordo com Oliveira (2007) a educação infantil toma hoje outra dimensão na sociedade, considerando as crianças cada vez mais como indivíduos curiosos e ativos, que possuem direitos e necessidades, o que dá outra função à educação infantil que está diretamente ligada à responsabilidade social.

Nesta perspectiva levanto a hipótese de que o processo de cuidar e educar, ainda acontece de forma separada, porque apesar dos avanços em relação à concepção do ser criança, muitas vezes o professor em sua prática ainda faz essa divisão. Eu mesma, em minha prática como professora de séries iniciais, antes de obter o conhecimento científico, ainda privilegiava o ato de cuidar, limitando-o as ações de dar banho, fazer higiene, alimentar etc., principalmente no caso das crianças menores de três anos.

Assim, como objetivo deste estudo propõe analisar como os professores que trabalham na educação infantil, em classes de pré-escola no município de São Domingos do Araguaia, desenvolvem o processo de cuidar e educar.

Para cumprir esta tarefa apresento como objetivo específico: refletir sobre a importância do cuidar e do educar para o desenvolvimento da aprendizagem na educação infantil, e tem como tarefa primordial, contribuir para um estudo referente a crianças

pequenas, assim como também ressaltar a importância da interação entre as práticas de cuidar e educar.

Para esta pesquisa optei por uma abordagem qualitativa já que o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Ela se ocupa em observar, sem intervir na realidade, por meio da qual se busca entender a problemática em questão (BOGDAN E BIKLEN, 1982).

Kramer (2005) discute alguns conflitos encontrados por professoras na educação infantil ao ter que cuidar e educar, onde algumas se sentem desvalorizadas ao realizarem tarefas relacionadas ao cuidar, enquanto outras acreditam que cuidar e educar na educação infantil são indissociáveis e por isso devem caminhar juntos. Montenegro (2001) afirma ainda que o cuidado é um dos elementos importantes da educação infantil no qual se faz necessária uma maior atenção quando se trata da formação de professores para o trabalho com crianças pequenas.

Diante do quadro, e da nossa experiência enquanto professora da educação infantil, buscamos investigar: quais os dilemas e conflitos enfrentados pelos professores de educação infantil em relação ao ato de cuidar e educar? Portanto, nos capítulos seguinte faz-se uma reflexão sobre o que consiste o cuidar e o educar, bem como , discute-se as bases do significado de cuidar e educar, ressaltando seu caráter de unidade, ao invés de dupla tarefa.

Sendo assim, nos propomos a responder tal questão de maneira prática, mostrando através de experiências reais que ato de cuidar e o ato de educar estão intimamente ligados.

No primeiro capítulo, fazemos a discussão acerca dos conceitos que envolvem a educação infantil. Assim, a definição se dá de forma particular para cada tema – o que significa durante o processo de contato com a criança esse cuidar e esse educar. Também é necessário definir o papel de cada instituição para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos, por isso a discussão aqui proposta também se incumbe de tratar da influência que a família, a escola e a sociedade exercem sob a criança. No capítulo II, tratamos do futuro desta prática educacional, isto é, apontamos os nortes que a educação básica possivelmente tomará, bem como aqueles que são necessários serem aprimorados. E por fim, no capítulo III demonstramos toda a discussão teórica dentro da prática desenvolvida pelas educadoras de São Domingos do Araguaia.

I – A EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROCESSO DE CUIDAR E EDUCAR: DEFININDO ALGUNS CONCEITOS

Como já foi mencionada anteriormente a intenção aqui é problematizar o fazer pedagógico diante do desafio de passar boa parte do tempo com crianças menores de seis anos, isto é, como um professor deixa de ser um simples cuidador e passa a influenciar na construção de um cidadão.

Assim, a seguir serão definidos os conceitos de cuidar, educar, separadamente de modo a demonstrar a importância de cada ato, durante o processo de contato da criança com os profissionais e com a escola, com o objetivo de comprovar que para um bom desempenho é preciso que esses dois conceitos se completem, pois em sua essência são implicações indissociáveis.

1.1 A Educação Infantil

As instituições de educação infantil nasceram na França, no século XVIII, em resposta à situação de pobreza, abandono e maus-tratos de crianças pequenas, cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas, criadas pela Revolução Industrial. Todavia, os objetivos e formas de tratar as crianças dos estratos sociais mais pobres da sociedade não eram consensuais. Setores da elite francesa defendiam a ideia de que não seria bom para a sociedade como um todo que se educassem as crianças pobres. (OLIVEIRA, 1995).

Durante muito tempo as instituições infantis, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança. A década de 1980, do sec. XX passou por um momento de ampliação do debate a respeito das funções das instituições infantis para a sociedade moderna, que teve início com os movimentos populares dos anos 1970 (WAJSKOP, 1995). A partir desse período, as instituições passaram a ser pensadas e reivindicadas como lugar de educação e cuidados coletivos das crianças de zero a seis anos.

A abertura política permitiu o reconhecimento social desses direitos manifestados pelos movimentos populares e por grupos organizados da sociedade civil. A Constituição de 1988 (art. 208, inciso IV), pela primeira vez na história do Brasil, definiu como direito das crianças de zero a seis anos de idade, o acolhimento como disciplina. De modo a desenvolver atividades cognitivas e dever do Estado o atendimento à infância em forma de pré-escola.

Muitos fatos ocorreram de forma a influenciar essas mudanças: o desenvolvimento urbano, as reivindicações populares, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a transformação das funções familiares, as ideias de infância e as condições socioculturais para o desenvolvimento das crianças.

Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil, financiadas ou mantidas pelo poder público, significou em muitas situações atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, às responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante de crianças pequenas.

Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação infantil deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos.

Polêmicas sobre cuidar e educar, sobre o papel do afeto na relação pedagógica e sobre educar para o desenvolvimento ou para o conhecimento, tem se constituído como pano de fundo sobre o qual se constroem as propostas em educação infantil.

1.2. Cuidar

Na educação infantil o “cuidar” é parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que exploram a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

O mais importante durante este processo é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades.

O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio, que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (SIGNORETTE, 2002).

Para que o desenvolvimento integral aconteça, depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto à forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009, p.26) afirma que:

Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo indissociável do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construir sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças.

A forma de cuidar, muitas vezes é influenciada por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil, embora as necessidades humanas básicas sejam comuns como alimentar-se, proteger-se, etc. As formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. Pode-se dizer que além daquelas que preservam a vida orgânica, as necessidades afetivas são também base para o desenvolvimento infantil.

O cuidador precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que elas estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998, p. 25).

As ações relativas ao cuidar, por sua vez, são apresentadas de forma a ressaltar o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos afetivos, relacionais, biológicos,

alimentares e concernentes à saúde. O contexto sociocultural aparece como determinante nas construções humanas e nas necessidades básicas de sobrevivência que são diferentes em cada cultura. Com isso fica claro no papel designado ao cuidar, a necessidade de envolvimento e comprometimento do professor com a criança em todos os seus aspectos e a compreensão sobre o que ela sente e pensa o que traz consigo, a sua história e seus desejos.

Para cuidar é preciso um comprometimento com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. É preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, bem como atendê-las de forma adequada. Deve-se cuidar da criança como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades, que, aos poucos, a tornarão mais independente e mais autônoma.

1.3. Educar

É de suma importância que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as de mais idade. As novas funções da educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade e essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento, que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializado, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

Podem-se oferecer às crianças, condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e àquelas advindas de situações pedagógicas intencionais, ou aprendizagens

orientadas pelos adultos. Contudo, é importante ressaltar que essas aprendizagens de natureza diversa ocorrem de maneira integrada no processo do desenvolvimento infantil. Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e confiança, e o acesso das crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Nesse processo, a educação infantil poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

O processo educativo é realizado de várias formas: na família, na rua, nos grupos sociais e, também, nas instituições como escolas e universidades. Educar, nessa primeira etapa da vida, não pode ser confundido com cuidar, ainda que crianças (especialmente as de zero a três anos) necessitem de cuidados elementares para garantia da própria sobrevivência. O que deve permear a discussão não são, propriamente os cuidados que as crianças devem receber, mas o modo como estas devem recebê-los, já que se alimentar, assear-se, brincar, dormir e interagir são direitos inalienáveis à infância (GARCIA, 2001).

Para educar faz-se necessário que o educador crie situações significativas de aprendizagem se quiser alcançar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e sócio afetivas. Contudo é extremamente fundamental que a formação da criança seja vista como um ato inacabado, sempre sujeito a novas inserções, a novos recuos, a novas tentativas.

1.4. O Conceito de Infância e Família

Muito se tem falado sobre infância e criança nos últimos anos e as crianças aparecem diariamente em telejornais e outros programas de televisão. Em alguns programas, elas aparecem como destaque porque são muitas “engraçadinhas”; nos programas políticos, aparecem como prioridade de projetos de governo; nas escolas elas estão, certamente, em primeiro lugar nos discursos dos profissionais. Nas reuniões familiares, sempre sobra um espaço para falar da educação dos/as filhos/ase suas perspectivas para o futuro, a criança vista como uma projeção de seus pais, que querem realizar em seus/suas filhos/as seus próprios sonhos.

À primeira vista, parece que as crianças nunca estiveram em uma situação boa, pois são foco de atenção e prioridade em todos os campos sociais, de forma que “As crianças e as problemáticas associadas à infância estão na ordem do dia das agendas política, midiática e da investigação” (SARMENTO E PINTO, 1997, p.09). Porém, apesar de aparecerem como o centro das atenções nos discursos, as crianças ainda são reféns de uma sociedade que as abandona e as exclui de seus direitos. Não é difícil encontrar registros que relatam a fome de milhões de crianças vítimas de conflitos, que mostram o crescente aumento de redes de pedofilia no mundo inteiro, ou como crianças que são exploradas por meio do trabalho infantil em fazendas, mineradoras ou prostíbulos.

Apesar do crescente avanço de estudos relacionados à criança e à infância, ainda falta muita coisa para ser estudado. Segundo Sarmiento e Pinto (1997) até a década de 90 o campo investigativo sobre criança e infância se limitava apenas a estudos relacionados à medicina, a psicologia do desenvolvimento e a pedagogia. Somente a partir dos anos 90 surgiram, na Europa mais especificamente em Zeila Demartini (2005, p.2), diz que “não são apenas as crianças e jovens que estão em situação de risco, como se costuma afirmar; toda a sociedade encontra-se nessa situação enquanto não conseguirmos incorporá-los na elaboração de projetos, nos dias atuais.” Sobre a exploração do trabalho infantil, temos uma contribuição muito importante do Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva (2003), sua obra: “Trama doce e amarga (exploração do trabalho infantil e cultura lúdica)”, traz reflexões sobre a problemática da Exploração do Trabalho infantil e o usufruto da Cultura Lúdica no limiar da vida cotidiana das crianças empobrecidas da Zona da Mata Canavieira Pernambucana. Portugal, os primeiros relatórios que consideravam aspectos sociais da infância como a pobreza, o trabalho infantil, maus-tratos, pedofilia, direitos das crianças, entre outros, pertencentes aos campos da sociologia. Conforme Sarmiento e Pinto (1997, p. 11): “A decidida entrada das crianças e da infância na agenda da opinião pública e dos sistemas periciais produtores de conhecimento sobre a sociedade não pode deixar de ser senão a expressão da relevância social de infância neste final de século”. A concordar com estes autores, considero importante a busca por estudos que possam ampliar as formas de ver e entender a criança e a infância na atualidade. Elas merecem nossa atenção, principalmente, por que as condições de vida na sociedade moderna interferem diretamente em suas formas de sentir, viver e agir.

O Texto: “A infância e educação em Platão” de Walter O. Kohan (2003) vem contribuir com este debate, visto que aponta uma problemática a qual, nos últimos anos,

tem sido muito discutida nos âmbitos da educação, da sociologia, da filosofia, entre outros. Este estudo traz, nos diálogos de: Alcibíades I, Górgias, A República e As Leis, uma contribuição importante no que se refere a uma perspectiva filosófica e histórica sobre o conceito de infância e educação. O autor chama a atenção para a preocupação presente nos discursos de Platão que são alusivos à educação das crianças como parte importante para o desenvolvimento da polis. Kohan reforça a ideia de que sempre existiu certa preocupação em relação às crianças e, sendo assim, a infância não é uma novidade da modernidade, pois alguns filósofos da antiguidade, como também Platão, já expressavam em seus discursos vários conceitos sobre criança e sobre infância.

Entretanto, temos visto muitos estudos afirmando que a infância, enquanto categoria é uma criação da modernidade. Estes estudos se baseiam, principalmente, na obra clássica escrita por Philippe Ariès “História Social da Criança e da Família” (1981). Mas, as divergências não param por aí, existem outros autores que concordam com Neil Postman (1999), que diz que a ideia de infância é uma das grandes invenções da renascença, surgiu por volta do século dezesseis e chegou refinada e fortalecida aos nossos dias. Contudo, a ideia de infância está desaparecendo numa velocidade espantosa, pois a linha divisória entre infância e idade adulta está se apagando rapidamente e o principal causador disso são meios de comunicação que afetam o processo de socialização; para Postman a imprensa tipográfica criou a infância e a mídia eletrônica a faz “desaparecer”. Neste sentido, este escrito tem como finalidade retomar esta discussão sobre.

Os termos infância e criança, bem como sobre o papel da criança no contexto social nos estudos da atualidade, entendendo que nossas compreensões conceituais refletem diretamente sobre a visão de educação que desejamos e praticamos.

No dicionário da língua portuguesa Aurélio (2005), o termo criança pode ser encontrado se referindo a um ser de pouca idade; já a infância se refere a um período de crescimento, no ser humano, que vai desde ao nascimento até a puberdade. O termo criança se refere ao ser criança (sujeito concreto), já o termo infância (substantivo derivado) é uma palavra específica que se refere a uma abstração. Os estudos atuais sobre infância e criança deixam claro que sempre existiu um termo específico que caracterizasse a criança. A obra de Ariès (1981) relata que, desde a idade média, existiam vários termos que diferenciavam a criança de um adulto, embora as idades da vida fossem mais relacionadas às funções sociais do

que as etapas biológicas. No entanto, o termo infância só surgiu na idade média quando foi reconhecido como uma categoria social.

Segundo Ariès, na idade média a infância ia desde o nascimento até aos sete anos, naquele tempo “Enfant (criança em francês) quer dizer não falante, nessa idade as pessoas não podem falar bem e nem formar perfeitamente suas palavras (p.36)”. Já as crianças dos sete aos quatorze anos eram chamadas pueritia e chamavam-se assim porque essa idade é ainda como a “menina do olho”. Ao longo desta obra o autor traz vários termos que designavam a criança, mas ele também ressalta que um mesmo termo, muitas vezes, era utilizado para designar uma criança e um adulto. Segundo ele, em diferentes ocasiões as idades da vida se confundiam, sendo possível, encontrarmos termos que designavam tanto uma criança, como um jovem ou um velho. A palavra enfant, por exemplo, era empregada como sinônimo de outras palavras como valets, valetton, garçom, e fazia referências tanto a um rapaz jovem, como a uma criança. No entanto, fica certo que, desde a idade média, havia certa necessidade de uma periodização da vida que.

(...) alimentava “a ideia de uma vida” dividida em etapas bem delimitadas, correspondendo a modo de atividades, tipos físicos, a funções e modo de vestir (...) a periodização da vida possui, desde aquela época a mesma fixidez que o ciclo da natureza ou a organização da sociedade (ARIÈS, 1981, p. 40).

Ariès nos conta que a constituição desse novo conceito de infância se deu na transição dos séculos XVII para o XVIII. Foi no século XVII, que surgiu entre a burguesia a palavra infância o qual denota o mesmo sentido que temos na atualidade. Ainda neste período, a ideia de infância não era dirigida ao desenvolvimento biológico, mas em relação a sua dependência, ou seja, só poderia dizer que uma criança saiu da sua infância ao sair da dependência de seus benfeitores. O autor complementa dizendo que o sentimento de infância se fortaleceu neste século devido à diminuição da mortalidade infantil (graças ao desenvolvimento da ciência e das novas descobertas na medicina); assim como, o ato de mimar e paricar as crianças vistas como meio de entretenimento dos adultos, principalmente na burguesia; e, a forte influência de um movimento moralista promovido por igrejas, pelas leis e pelo Estado.

Quando fala do surgimento da infância na idade média, o autor se refere ao surgimento de um “sentimento de infância” até então não reconhecido pelos adultos, devido a muitos fatores, dentre eles a inexistência de uma linha divisória que determinasse diferenças entre adultos e crianças. Segundo os relatos históricos as crianças frequentavam os mesmos ambientes dos adultos, tinham as mesmas brincadeiras, vestiam as mesmas roupas, etc. A

partir do século dezesseis surgiu uma preocupação em resguardar as crianças de tarefas e costumes que eram mais comuns aos adultos, as quais poderiam interferir na moral e na educação dos pequenos.

Sendo assim, podemos dizer que a infância, ou, segundo Ariès “o sentimento de infância”, é um fenômeno histórico e social que foi construído a partir da atuação e do desenvolvimento de toda a sociedade, juntamente com outros fenômenos como a ciência e a educação. A infância só passa a existir ou a ser percebida, com a criação de um mundo das crianças distinto do mundo dos adultos, onde foi se estabelecendo as diferenças nos espaços e na atuação de cada grupo social. Nesse caso, foi-se edificando demarcações entre o ser e o fazer da criança, que deverá ser diferente do ser e fazer dos adultos.

Já o artigo de Kohan (2003) sobre a “Infância e educação em Platão” comenta sobre a ausência do termo infância nos escritos de Platão. No entanto, ao fazer a análise dos discursos deste filósofo, o autor entende que ao falar de criança, Platão se refere consequentemente à infância. Um dos motivos levantados pelo autor para justificar a ausência deste termo é que o uso de uma palavra que classificasse a infância poderia significar a indissolução da vida humana, como algo que não se pode dividir em fases ou estágios, conceito que está presente nos discursos filosóficos da época. Ao contrário disso, a partir da idade média com o surgimento da categoria infância, inicia-se um movimento de separação das idades da vida e surgem categorias como infância, adolescência, juventude, velhice, terceira idade, meia idade, assim por diante. Como se fosse possível criar uma linha divisória que determinasse exatamente as fases da vida em que estamos passando.

Kohan faz uma crítica à concepção Platônica de infância e criança e identifica quatro marcas que caracterizam o conceito platônico de infância, são elas: a ausência de uma marca específica de infância; a inferioridade da criança em relação ao adulto; a infância como algo supérfluo para a polis e, por último, a infância como possibilidade ou esperança para um futuro melhor.

A visão platônica da infância se enquadra, então, em uma análise educativa com intencionalidades políticas. Platão não faz da infância um objeto de estudo em si mesmo relevante. De certo, a infância não é, enquanto infância, um problema filosófico relevante para Platão. (...) A infância é um problema filosoficamente relevante na medida em que se tenha de educá-la de maneira específica para possibilitar que a polis atual se aproxime o mais possível da idealizada. Dessa maneira, Platão inventa uma política (no sentido mais próximo de sua etimologia) da infância, situa a infância em uma problemática política e a inscreve no jogo político

que dará lugar, em sua escrita, a uma polis mais justa, mais bela, melhor (KOHAN, 2003, s/p).

Esta ideia de infância destacada neste texto, não é muito diferente, da visão de infância da atualidade. O que presenciemos ainda hoje são as mesmas políticas de compensação da exclusão social presentes no sistema econômico existente. A criança ainda é educada para o seu devir, ou seja, para que seja alguém no futuro, como se não fosse ninguém no presente. É muito comum encontrarmos nos discursos de políticos a seguinte frase: “as crianças são o futuro da nação”, ou seja, a infância é vista como uma projeção política de possibilidades para o amanhã, pois uma criança bem educada hoje será um bom cidadão amanhã.

(...) o futuro esconde um não ser nada no presente. Não se trata de que as crianças já são, em estado de latência ou virtualidade, o que irá devir; na verdade, elas não têm forma alguma, são completamente sem forma, maleáveis e, enquanto tal pode fazer delas o que quisermos (KOHAN, 2003, s/p).

Dessa forma, as crianças não despertam interesse por serem crianças hoje, mas, porque serão os adultos que governarão a polis futuramente. Por isso a educação é tão importante e decisiva para Platão; para ele a educação é sua melhor ferramenta para alcançar a polis tão sonhada e é com esta tarefa que se pensa a educação: politizar os novos e prepará-los para governar.

Apesar da insistência de Platão em educar as crianças para o seu devir, os gregos as consideravam como algo facilmente descartado, algo sem importância e por isso não merecem a atenção dos adultos e dos governantes. Ao contrário dos povos Persas⁸, que segundo Sócrates (apud KOHAN, 2003) tem uma preocupação com a educação das suas crianças. A diferença entre a educação das crianças atenienses e as persas se dá desde o nascimento, pois quando nasce um filho de um rei persa, toda a Ásia o festeja. Já os atenienses não comemoram e não dão a mínima importância aos nascimentos. Além disso, são disponibilizados às crianças persas os melhores eunucos e confiam elas aos seus quatro melhores homens: o mais sábio, o mais justo, o mais prudente e o mais corajoso, que se comprometem com a educação dos pequenos. Já para os atenienses são confiados aos seus piores escravos, pois a ninguém interessa a educação de um ateniense.

Esta falta de preocupação com as crianças como a dos atenienses, que foi detectada por Platão e por Sócrates, ainda está presente na sociedade atual e é fonte de discussão em vários âmbitos acadêmicos e profissionais. Este pode ser um começo, uma pista, de que a

nossa sociedade está despertando, aos poucos, para a importância de conhecermos melhor as crianças, dando voz e vez para que expressem suas necessidades. Mas ainda vemos nos discursos e nas ações da sociedade que a criança é vista como um ser inferior ao adulto, por ser menor, por ser incapaz, por não produzir, por serem superficiais, etc., e isso fica claro quando nos deparamos com o mau trato das crianças, a falta de recursos e de políticas públicas direcionadas para a educação e os cuidados com as crianças.

Sobre o aspecto da incapacidade e inferioridade da criança, Kohan fala da associação presente nas entrelinhas dos textos de Platão e traça um paralelo, muito interessante, entre infância e a filosofia. Segundo o autor, para os atenienses a filosofia é tão inútil a polis quanto a criança. À criança é permitido se passar por ridículo em meio a uma brincadeira, já para o adulto não, e quando este se coloca numa posição constrangedora, é relegado a ele o termo - de modo pejorativo - criança. À criança, também, é permitido experimentar, ter diversões, dedicar-se a coisas que não têm importância, como a filosofia, por exemplo. Porém, estas crianças quando forem adultos não poderão mais dedicar sua vida a filosofar, pois não é feio filosofar quando se é jovem, mas para um adulto é vergonhoso, já que serão sempre inexperientes para os assuntos mais importantes para a vida pública da polis, ou seja, a filosofia assim como a infância está relacionada à falta de experiência “O filósofo é tão ridículo e infantil nos assuntos públicos como os políticos o são nas conversas filosóficas” (484d-e apud KOHAN, 2003, s/p). Sendo assim,

As crianças são a figura do não desejado, de quem não aceita a própria verdade, da desqualificação do rival, de quem não compartilha uma forma de entender a filosofia, a política, a educação e, por isso, deve-se vencê-la. As crianças são, para "Sócrates" e para "Cálicles", portanto para Platão, uma figura do desprezo, do excluído, o que não merece entrar naquilo de mais valioso disputado por Platão, teoricamente, com os sofistas: a quem corresponde o governo dos assuntos da pólis, τὰ πολιτικά (KOHAN: 2003, s/p).

Esta visão de infância retratada nos textos de Platão influenciou a forma que ele pensou e sugeriu a educação para os atenienses, tal como, pode-se dizer, a forma como se vê a infância interfere diretamente na forma de pensar e fazer educação. De tal modo, a educação das crianças para Platão deveria iniciar desde a infância, pois todo o cuidado com a educação e criação das pequenas criaturas se justifica porque elas serão os futuros guardiões da polis.

Kohan nos alerta para este modelo de educação forma(dora),

Por um lado, educa-se para desenvolver certas disposições que existem em estado bruto, em potência, no sujeito a educar; por outro lado, educa-se para conformar, para dar forma, nesse sujeito, a um modelo prescritivo, que foi estabelecido

previamente. A educação é entendida como tarefa moral, normativa, como o ajustar o que é a um dever ser. (...) Segundo esse modelo, é alguém externo, outro, o educador, o filósofo, o político, o legislador, o fundador da pólis, quem pensa e plasma para os indivíduos educáveis o que quer que estes sejam. É a ideia de educação como modelar a outro. Modelá-lo, formá-lo. Dar-lhes uma forma. Qual forma? No caso de Platão é, em uma última instância, a forma das Formas (...) (2003 s/p).

Sendo assim, a educação foi planejada como um instrumento para colocar a criança "em seu devido lugar", assim como se faz com outros grupos sociais: os loucos, as prostitutas, os desajustados, os leprosos, os pobres etc... Este modelo de educação idealizadora – forma(dora) - que forma ou deforma as crianças, vigora até os dias de hoje. A intenção de criar instituições que pudessem educar as crianças para o futuro, como vimos nos escritos de Platão, denota o caráter paradoxal da concepção de criança e infância existente desde aquela época. Na mesma medida em que existe uma preocupação em formá-las para o seu devir, em protegê-las do mundo dos adultos, surgem também um discurso e uma prática que as exclui destes mesmos direitos. Como dizem Sarmiento e Pinto (1997, p. 12) “os adultos gostam mais das crianças, apesar de produzirem cada vez menos crianças e gastarem menos tempos com elas⁹”. Para estes mesmos autores este paradoxo vai além da natureza investigativa sobre as diferentes perspectivas metodológicas, filosóficas ou paradigmas. Este paradoxo é “inerente à própria construção do objeto, isto é, ao que se entende por infância” (Ibidem p.14).

“As crianças são importantes e sem importância; espera-se delas que se comportem como crianças, mas são criticadas nas suas infantilidades, é suposto que brinquem absorvidamente quando se diz para brincarem, mas não se compreendem porque não pensam em parar de brincar quando se lhes diz para parar; espera-se que sejam dependentes quando os adultos preferem a dependência, mas deseja-se que tenham um comportamento autônomo; deseja-se que pensem pro si próprias, mas são criticadas pelas suas ‘soluções’ originais para os problemas. (CALVERT apud SARMENTO E PINTO, 1997, p. 13).”

A presença escancarada de paradoxos em relação à infância e à criança demonstra que apesar do reconhecimento como categoria social, e detentoras de direitos, isso não garante que sejam consideradas como produtoras de conhecimento, de cultura e de significados. As crianças não são reconhecidas por suas capacidades de produção, de criação e atribuição de sentidos às suas ações, às de outrem ao seu contexto. Mesmo quando são reconhecidas como atores sociais, elas são relegadas a fazer a vontade do adulto que define, a partir de suas próprias experiências e conceitos, aquilo que é melhor para elas. Ou seja, o saber que a criança produz é visto como uma reprodução medíocre, superficial, sem importância, a partir do olhar, do gosto e das significações dos adultos. Geralmente, as crianças não são ouvidas, e

quando o são, não se lhes é dada importância, o que denota o total descrédito em relação ao que elas pensam, sentem, falam e/ou fazem.

Diante disso, concordo com David Kennedy (1999, p. 153) quando diz: “(...)os adultos constroem a infância, com base em imagens culturais predominantemente arraigadas, combinadas com os resíduos de suas próprias infâncias”. Para este autor, o que falta para que haja um verdadeiro diálogo entre adulto e criança, é o adulto reconhecer que o ciclo da vida humana envolve uma interação entre adulto e criança, onde os adultos sejam capazes de relacionar-se com as crianças como pessoas e não como se fossem apenas uma projeção de suas vidas.

Sendo assim, devemos aprender a ouvir as crianças, que muitas vezes nos falam por meio de seus silêncios, seus olhares, suas ações ou sua inércia. Esse é um exercício que deve ser praticado constantemente, buscando aguçar nossa sensibilidade para a descoberta de um diálogo entre adulto e criança que se dispõe a uma relação de respeito e alteridade.

Concordo com Sarmiento e Pinto (1997) que a linguagem moderna tomou emprestadas expressões antigas, originalmente teóricas, para designar realidades novas. As crianças sempre existiram e todos passam por este período em suas vidas. A dúvida de onde se inicia e onde termina a infância ainda vai persistir durante muitos anos, pois não existe consenso entre os estudiosos nem no surgimento da infância, já que alguns dizem que é no nascimento, outros dizem que é desde a gestação. As divergências se acentuam ainda mais quando tratam de definir quando a infância termina, ou seja, quando se deixa de ser criança!

Apesar do avanço e do crescente aumento de estudos sobre a criança e sobre a infância, falta muito ainda para compreendermos este mundo, o qual parece ser tão distante do mundo do adulto, mas ao mesmo tempo está tão próximo, tanto que dificilmente podemos afirmar em qual momento da vida deixou de ser criança. Cada campo científico determina um período da vida do qual se deixa de ser criança para passar para outras fases da vida. Na área jurídica o que determina é a idade cronológica (dezoito anos). Para a biologia, o que determina são as mudanças físicas e hormonais resultantes da puberdade. Já a psicologia do desenvolvimento, determina o final da infância através da classificação dos períodos pré-operatórios, pós-operatórios formais e assim por diante. A escola usa a classificação serial para diferenciar as crianças.

O estabelecimento dos limites da infância é importante na preservação dos direitos da criança e também na fomentação de políticas públicas para a infância. Neste sentido, faz-se necessário garantir as distinções entre as crianças e os adultos, pois quando esta diferença é diminuída ou amenizada, as crianças têm muito a perder.

Diante disso, não podemos ignorar que existe uma grande mudança na passagem da infância para a adultez, mudanças biológicas, de comportamento, sociais, algumas visíveis aos nossos olhos, outras mais subjetivas. Não existe uma idade fixa ou limite etário que possa determinar com exatidão em que momento estas transformações ocorrem e quando se deixa de ser criança para se tornar adulto, apesar de muitos estudiosos, principalmente, da área da psicologia do comportamento, fazerem esta separação com exatidão. Todavia, acreditamos que isto não é possível, já que a infância é uma construção social e o comportamento da criança é determinado não somente pelo seu desenvolvimento biológico, mas por outros fatores como o contexto social em que vivem as condições de vida e de oportunidades, por suas experiências de mundo.

Apesar de observarmos que a linha divisória entre a infância e a idade adulta está diminuindo, acreditamos que é impossível o desaparecimento da mesma, visto que as existências das crianças são a própria força na preservação da infância. O que vem acontecendo nos últimos anos é o desaparecimento de uma ideia romântica de infância e de criança. Essa ideia romântica sugere padrões idealistas de viver a infância e de ser criança. Entretanto, não podemos pensar a criança sem considerar o mundo em que vivem, pois independente da classe social as crianças são reféns de um sistema perverso que as destitui, muitas vezes, de seus direitos de viver suas infâncias. Isso fica evidente num pequeno texto produzido por Eduardo Galeano, onde ele diz que negamos o direito das crianças de serem crianças e de viverem suas infâncias. As crianças sejam elas ricas medianas ou pobres, sofrem com o descaso produzido por um sistema econômico que gera em seu berço as maiores mazelas da sociedade, sobrando para elas viver neste mundo, sem atrapalhar a ordem estabelecida, que trata as crianças ricas como se fossem dinheiro, as pobres como lixo, e mantém as da classe média “atadas” ao televisor.

Por certo, houve grande avanço a partir do reconhecimento da criança como sujeitos de direitos - com suas especificidades e heterogeneidades - e da infância como categoria social. O que para nós parecia ser evidente nem sempre foi, pois a singularidade de um direito

reservado à criança nem sempre existiu. É preciso um olhar histórico, revelador das relações socioeconômicas, para que se perceba a construção social da percepção da infância e da criança na atualidade. Advertindo sempre que esse sentimento de infância não pressupõe linearidade em sua implementação, visto que esteve sujeito às conveniências dos adultos – detentores do poder. Por isso, inicialmente foi uma prática apenas das elites, se estendendo a outras camadas da sociedade ao longo dos anos.

Devemos considerar que o mundo dos adultos é diferente do mundo das crianças. Ao contrário do que se pensa as culturas infantis não nascem num universo simbólico exclusivo da infância. Por isso, a representação ou interpretação do mundo das crianças não deve ser realizada no vácuo social e necessita se sustentar na análise das condições sociais em que as crianças vivem, interagindo e dando sentido ao que fazem. A visão adultocêntrica de infância resguarda a criança de ter vez e voz na sociedade e não estabelece uma relação dialógica, pois tem a criança como mera espectadora de seus anseios e vontades. Nesse sentido, essa visão contribuiu para a racionalização e institucionalização da infância e da criança, colaborando para uma imagem idealizada da criança gerada por modelos de racionalização da sociedade ocidental e deixando essa imagem, e a da infância, reféns das exigências idealísticas de um sujeito que tem que ser produtivo e consumista.

Por fim, percebemos a necessidade da continuidade de discussão e investigação na educação e áreas afins, principalmente, no que diz respeito às práticas docentes e sua relação com a formação/educação das crianças pequenas. Isso requer, de nós professores/as, o exercício constante de reflexão e autocrítica, com a intenção de compreendermos e solucionarmos os impasses que nos desafiam cotidianamente. Um deles apresenta no próximo item, onde busco tencionar as problemáticas relacionadas à educação física na educação infantil.

II – O CUIDAR E EDUCAR: UM NOVO PERCURSO

Para que o processo de aprendizado, durante a educação infantil, seja finalizado de maneira satisfatória é necessário que o educador tenha em mente, que este trabalho nunca será totalmente inacabado, pelo contrário sempre será algo em construção. Assim, além de não separar os atos de cuidar e educar, é preciso mirá-los sob uma perspectiva política.

Desde que a educação básica passou a ser um direito de toda criança brasileira, tem-se travado cada vez mais lutas para que esses direitos possam ser preservados e cabe tanto a família quanto aos educadores esta missão de procurar meios progressivos que considerem o fato de que todo esse trabalho é feito em redor de uma consciência, de um futuro cidadão que merece e precisa ser bem instruído.

2.1. Novas perspectivas sobre o cuidar e educar

Cuidar/Educar como dimensões complementares e indissociáveis da educação infantil, este é o mais novo posicionamento da política educacional brasileira, assumido na década de 90. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passa-se a dar destaque à importância de se promover uma educação de qualidade para todas as crianças. Assim, a educação infantil (com o acesso para todas as crianças de 0 a 6 anos a creche e pré-escolas), deixa de se constituir em assistencialista para se transformar, ainda que legalmente, em obrigação do estado e direito da criança. (BRASIL, 1998, p.23).

Kramer (2006, p.15) expõe que crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados, portanto pelas condições das sociedades em que estão inseridos. As crianças não se resumem a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira, entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que um estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. As crianças brincam isso é o que as caracteriza.

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA- Lei nº8069/90, e a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, contribuíram para que a educação infantil fosse considerada pela

primeira vez como etapa da educação básica. “A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físicos psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

A deliberação 003/99 do Conselho Estadual de Educação em seu artigo 6º ressalta:

“A educação infantil deve cumprir com suas duas funções: educar e cuidar sendo estas indispensáveis e indissociáveis, para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico motor intelectual emocional, moral e social, estimulando a criança a interessar-se pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade. Isso deve ocorrer num processo prazeroso que valoriza o lúdico, a cultura, as múltiplas formas de comunicação que dialogam com a interação”. (BRASIL, 1999).

Quanto ao conceito de educar, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil explica que: “Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança e o acesso das crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas emocionais, estéticas e éticas na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis”. (BRASIL, 1998, p.23).

O mesmo documento afirma em relação ao cuidar:

“[...] precisa considerar, principalmente a necessidade das crianças que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde para se atingir o objetivo dos cuidados com a preservação da vida, e como desenvolvimento das capacidades humanas é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais”. (BRASIL, 1998, p.25).

Enfim, cuidar e educar na instituição de educação infantil significa respeitar e garantir os direitos de todas as crianças ao bem-estar, a expressão ao movimento, a segurança, a brincadeira ao contato com a natureza e com o conhecimento científico.

Diante do exposto, na educação infantil, o cuidado com as crianças é visto como uma prática pedagógica, uma maneira de mediação de diálogo que os professores estabelecem na apropriação dos conhecimentos. O cuidar e o educar se fazem nas rotinas diárias, desde o momento em que se troca a fralda, se auxilia na alimentação, e se ensina a fazer a

higienização na hora do banho, enfim, todas as atividades realizadas nas instituições de educação infantil estão ensinando as crianças por meio das rotinas diárias e atividades lúdicas.

Em relação à formação dos profissionais para atuarem na Educação infantil, a LDB/1996 em seu artigo 62 diz que:

A formação de docentes para atuarem na educação básica far-se-á em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a qual é oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996.p.34-35).

No entanto alguns municípios estão distantes de terem nas instituições de educação infantil o quadro de profissionais com a formação estabelecida nessa lei. A primeira etapa da educação básica é uma área que está em construção e com muitos desafios a serem superados.

2.2 A Formação do profissional da educação infantil na perspectiva do cuidar e educar.

O cuidar na Educação Infantil está diretamente ligado à educação, o qual exige habilidades e conhecimentos da parte de quem cuida. Cuidar de crianças pequenas dentro de um contexto educativo requer uma ação conjunta dentre os vários campos de conhecimento, bem como se faz necessária a cooperação de profissionais das diferentes áreas.

[...] O cuidado está pautado na necessidade do outro. Isso significa que quem cuida não pode estar voltado para si mesmo, mas deve estar receptivo, aberto, atento e sensível para perceber aquilo que o outro precisa. Para cuidar, é necessário um conhecimento daquele que necessita de cuidados, o que exige proximidade, tempo, entrega. (KRAMER, 2005, p. 82).

Portanto, para cuidar é preciso estar comprometido com o outro, tendo a sensibilidade de perceber suas necessidades e estando sempre disponível para tentar ajudar. Montenegro (2001) coloca o cuidado como um dos elementos centrais tanto da educação quanto da formação da educadora de crianças pequenas.

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41).

Cuidar, no entanto, exige prevenção para qualquer imprevisto que possa vir a acontecer com as crianças, pois ato se apresenta de forma ampla, onde as necessidades das

crianças devem ser o foco principal, de maneira que leve a promover o desenvolvimento de suas capacidades. Dessa maneira, é possível compreendermos o educar como um conjunto de aprendizados que aparece de forma globalizada e que permite ao aluno desenvolver-se das mais diversas formas, a partir das suas necessidades.

Segundo Vygotsky (2000), o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Ele afirma que aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida, e atribui uma grande importância ao papel da interação social, na qual as crianças são consideradas sujeitos ativos na construção do conhecimento.

O autor apresenta também dois tipos de desenvolvimento: o desenvolvimento real, que é entendido como as conquistas que já foram consolidadas nas crianças, e o desenvolvimento potencial, que se refere a tudo aquilo que a criança é capaz de fazer, só que mediante a ajuda de outra pessoa. Sendo assim, o professor de educação infantil deve atuar sempre na zona de desenvolvimento do aluno colaborando com a ampliação de seus conhecimentos e nos avanços destes. (idem, 2000)

Para Signorette (2002, p.06), “[...] educar é abranger todos os aspectos da vida do aluno, desde o atendimento de suas necessidades mais básicas, primárias e elementares, até as mais elaboradas e intelectualizadas”. Com base nesses fundamentos, podemos afirmar que cuidar e educar são aspectos a serem tratados de forma articulada quando se refere ao processo formal de educação das crianças.

As funções do profissional de educação infantil estão passando por reformulações profundas. O que se esperava dele há algumas décadas, não corresponde mais aos dias atuais. Nessa perspectiva, os debates estão indicando a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para educadores infantis e de uma reestruturação dos quadros de carreira que levem em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, bem como que possibilite a atualização profissional.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) dispõe, no título VI art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Isso significa que as redes de ensino deverão colocar-se a tarefa de investir de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente e em serviço de seus educadores, aproveitando as experiências acumuladas daqueles que já vêm trabalhando com crianças há mais tempo e com qualidade.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que os profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço. Assim, o diálogo, no interior da categoria, tanto quanto os investimentos na carreira e formação do profissional pelas redes de ensino, é hoje, desafio presente, com vista à profissionalização do docente de educação infantil.

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41).

Para que os projetos educativos das instituições possam, de fato, representar esse diálogo e debate constante, é preciso ter educadores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis.

A formação do educador infantil deve estar baseada na concepção de educação infantil. Deve buscar a superação da dicotomia educação/assistência, levando em conta o duplo objetivo da educação infantil de cuidar e educar.

A formação deve ser entendida como direito do profissional, o que implica a indissociabilidade entre formação e profissionalização. Diferentes níveis e estratégias de formação devem ser geradores de profissionalização, tanto em termos de avanço na escolaridade, quanto no que se refere à progressão na carreira (GARCIA, 2001).

Para responder à diversidade de situações hoje existentes nas instituições infantis e à multiplicidade de profissionais que atuam na área, torna-se necessário elaborar e avaliar propostas diferenciadas de formação. É necessário também aprofundar os estudos sobre especificidades do trabalho com crianças de diferentes idades dentro da faixa etária de zero a seis anos.

Conclui-se que o cuidar e o educar de crianças menores de seis anos envolve uma visão integrada de desenvolvimento da criança. Desta forma, os profissionais que trabalham com a criança pequena devem tomar precauções para que suas práticas não se transformem em ações mecanizadas, guiadas por regras. O cuidar e o educar são duas práticas que devem caminhar de maneiras indissociáveis, possibilitando que ambas as ações construam na totalidade, a identidade e autonomia da criança.

A ação conjunta dos educadores e demais membros da equipe da instituição é essencial para garantir que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada. Tal atitude deve ser contemplada desde o planejamento educacional até a realização das atividades propriamente ditas.

III – O CUIDAR E EDUCAR NA VISÃO DAS PROFESSORAS DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Até aqui a pretensão foi a de deixar claro quais conceitos servem de base para a prática docente dentro da educação infantil, e como estes conceitos devem ser usados para poder se alcançar um resultado satisfatório, no que tange ao aprendizado das crianças menores de seis anos de idade.

Também vimos que essa prática precisa tomar nortes progressivos dentro da própria política, já que é um direito constitucional o cuidado e a educação de crianças pequenas, mas não somente enquanto estas não tem com quem ficar, e sim que esse processo possa contribuir para o desenvolvimento cognitivo desses alunos. A seguir nos propomos a mostrar de maneira prática toda essa discussão trazida até então, sob a ótica dos educadores do município de São Domingos do Araguaia.

3.1 A Trajetória da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil professora Maria Madalena Costa, localizada na Travessa Osvaldo Mutran que funciona nos turnos da manhã e da tarde, na modalidade Infantil que atende a um total de 150 crianças de 3 a 5 anos. A escola também conta com 16 funcionários entre docentes e corpo administrativo.

A escola possui quatro salas de aulas com banheiros, além de outros espaços, como um pátio amplo, onde as crianças realizam muitas atividades, como brincar livremente, correr, pular, assistir TV e a algumas apresentações como teatro de fantoches e dramatizações. Participaram da pesquisa três professoras de Educação Infantil, sendo todas formadas em Pedagogia. Uma já atua há 20 anos na educação infantil e as outras possuem 15 anos de profissão docente.

A entrevista, que foi aplicada às professoras participantes, buscando levantar informações relacionadas à visão das professoras sobre a relação entre o cuidar e o educar na educação infantil. Foi utilizado um roteiro contendo cinco questões. As entrevistas, que foram feitas sempre no término das aulas, e apenas uma foi realizada na própria residência da professora. Em seguida as entrevistas foram transcritas na íntegra, de acordo com o roteiro pré-estabelecido, para que mais tarde pudessem ser analisadas.

3.2. Analisando as falas das professoras

Cada pergunta foi elaborada com o propósito de explicitar com objetividade as percepções dos conteúdos apresentados pelos sujeitos que participaram da pesquisa.

Quadro 1

1) Que métodos você usa para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos?	
PROFESSORA A	Um método que faça os alunos aprenderem com facilidades e não sejam rotineiras e cansativas procurando sempre inovar através de amigos livros e pesquisas.
PROFESSORA B	Nível de aprendizado em que se encontram; Trabalhando com materiais concretos para despertar o interesse dos alunos; Atividades diversificadas interdisciplinares; Varias leituras em sala de aula.
PROFESSORA C	Para melhor desenvolvimento dos alunos em sala de aula costumo trabalhar com pequenos projetos, que são produzidos para serem desenvolvidos quinzenais ou mensais. Esses projetos são elaborados na maioria das vezes em datas comemorativas e acontecimentos do cotidiano da criança.

Quadro 2

2) Que métodos você usa o desenvolvimento da leitura dos alunos que tiveram êxito?	
PROFESSORA A	Através de músicas, dança historia infantis. São métodos que sempre ajuda no nosso cotidiano escolar e que da certo, pois as crianças aprendem muito.
PROFESSORA B	Incentivar a leitura na sala de aula; Trabalhar vários tipos de textos com os alunos; Utilizar alfabeto móvel em sala de aula, pois o concreto ajuda bastante no aprendizado dos alunos; Cantinho de leitura na sala.
PROFESSORA C	Para o desenvolvimento da leitura, trabalho muitas historinhas infantis musicas, adivinhações quadrinhos e brincadeiras, após a exposição desses termos passo para produção de textos: oral, desenhos e por último a escrita é show.

Quadro 3

3) Como são passados os conteúdos na sua perspectiva do cuidar e do educar?Que métodos você usa o desenvolvimento da leitura dos alunos que tiveram êxito?	
PROFESSORA A	De acordo com a capacidade dos alunos, ou seja, mudando sempre de criatividade para que não fique rotineiro e cansativo e fazendo com que eles aprendam com mais entusiasmo na sua 2ª casa que e a escola.

PROFESSORA B	São repassados de acordo com a sua faixa etária, a fase de desenvolvimento em que se encontram e o tempo em que permanecem na escola.
PROFESSORA C	É método muito delicado, novo e inovador e muito bom, pois não se ensina em sala de aula apenas conteúdos curriculares têm que prepara nos alunos para sobre viver no mundo de hoje e lhe repassar o que mais lhe é de interesse para um bom aprendizado.

Quadro 4

4) A formação continuada contempla suas necessidades para o trabalho com a educação infantil?	
PROFESSORA A	Sim porque com a formação ou sempre irei aprender coisas novas para repassar aos alunos e ao mesmo tempo irei obter mais conhecimentos para o meu dia a dia escolar e no meu cotidiano de vida.
PROFESSORA B	Sim ampliamos nossos conhecimentos, aprendemos coisas novas, trocamos experiências com colegas e formadores, os cursos de formação nos ajuda bastante na nossa pratica pedagógica.
PROFESSORA C	Com certeza, o professor que esta sempre em busca de uma formação continuada bem como a evolução de suas competências tende a ampliar o seu campo de trabalho. Tem mais possibilidade de construir, planejar, comprometer seus alunos em diversas atividades e pesquisas e projetos que e de seu conhecimento.

Quadro 5

5) Como você vê a importância do cuidar e educar para o desenvolvimento na aprendizagem infantil?	
PROFESSORA A	Eu vejo como uma profissão muito importante por que e daquele 1º passo de vida escolar infantil o que a criança vai se educar e socializar para aprender a lidar com os obstáculos da vida.
PROFESSORA B	Positiva, pois na educação infantil quando estamos educando ao mesmo tempo cuidamos das crianças, pois em todos os momentos do cotidiano escolar a criança esta em constante aprendizado, e o educador e preciso esta preparando para explorar e educar de maneira lúdica os seus alunos.
PROFESSORA C	Muito válido, nesse caminho a pratica de educar, cuidar contemplam os diversos modos de acolhimento destas para o processo de criação, como as brincadeiras, a manifestação de linguagem e a produção de significados para as vivencias da realidade.

A partir da análise das entrevistas observa-se que professoras priorizam o cuidar como uma atenção voltada para o atendimento das necessidades básicas das crianças, revelando um sentido mais funcional do que educativo, porém com um sentimento de zelo. Não obstante, ao ter que cuidar e educar ao mesmo tempo percebeu-se que muitas professoras sentem dificuldades ao ter que efetuar tarefas relacionadas ao cuidar, onde elas não contam com auxiliares, tendo que resolver tudo sozinhas e de maneira satisfatória.

Nesta perspectiva percebemos que as dificuldades encontradas por algumas professoras sobre o cuidar se justificam por questões práticas, pois devido existir apenas um professor para vários alunos, elas não podem se ausentar para cuidar de uma criança enquanto as outras ficam sozinhas. Dessa forma, esses professores argumentam que seria preciso outra pessoa para ajudar nessas tarefas.

Quando perguntamos quanto ao trabalho dessas professoras em suas salas de aula, para melhor compreendermos de que maneira elas desenvolvem suas atividades, garantindo que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada, todas as entrevistadas dizem ser algo espontâneo, que a todo o momento isso ocorre de maneira natural durante a prática.

Constatamos que em tudo que fazem o cuidar estar presente, até mesmo pelo fato de estarem trabalhando com crianças pequenas, as quais sempre precisam de ajuda em várias situações do dia-a-dia. Relatam também que nos momentos de cuidados podem educar, pois se estão ajudando a amarrar um cadarço, neste instante, podem estar ensinando como podem fazer isso sozinho.

Com base nas análises realizadas, podemos dizer que só se pode educar se também cuidar, e que mesmo encontrando dificuldades para realizar as duas tarefas ao mesmo tempo, foi possível perceber que o cuidar é à base de todas as relações existentes na educação. Portanto se faz necessário cuidar para educar e vice versa.

A partir dos dados levantados ao decorrer da pesquisa procuramos descrever e discutir como vem sendo desenvolvidas as práticas de cuidar e educar no cotidiano da creche, e por esse motivo que se fez necessário destacarmos as profissionais incumbidas em colocá-las em prática.

As professoras que assumem que é possível educar na perspectiva do cuidado tem em si uma consciência de que as ações são entrelaçadas não no sentido menor de assistência,

mas incorporando em sua prática ações pedagógicas que possam perceber a criança como um todo em desenvolvimento na possibilidade de educar cuidando.

A professora da educação infantil deve compreender que as ações pertinentes a esta fase na vida das crianças é o momento de criar raízes no sentido de proporcionar às crianças a segurança, o conforto emocional, e o cuidado consigo vai refletir no cuidado com o outro e com o mundo.

Apoiada em Tiriba (2005) quando ela aponta que “o cuidado exige particularismo porque as pessoas são singulares”. Esse é o ponto de reflexão para impulsionar a educação infantil como espaço de pessoas singulares e que ela precisa conhecer o mundo que é plural, somente na ação de cuidar é que percebemos as reais necessidades das crianças.

Portanto, fica comprovado que não como não haver envolvimento emocional entre educador e aluno, ainda que mínimo tendo em vista que um mesmo educador pode ter tantos educandos de modo a dificultar que o acompanhamento seja feito mais de perto. Mas, mesmo diante das limitações do cotidiano, há nesse processo o afeto, pois a criança fica boa parte do tempo sob influência direta do seu cuidador/educador. Por isso, é de suma importância que este profissional esteja disposto a se envolver e principalmente a se comprometer com o desenvolvimento dos seus alunos.

CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo identificar como os professores lidam com o ato de cuidar e educar na educação infantil, assim como, compreender como é trabalhada a relação entre o cuidar e o educar e de que maneira isso interfere na qualidade da educação, analisando algumas dificuldades encontradas pelos professores.

Uma das características da nova concepção de educação infantil está na integração das funções de cuidar e educar. Porém é importante destacarmos que a escola deve ser vista não como um local onde a criança possa ser deixada enquanto seus pais trabalham, e sim como um ambiente de socialização e aprendizagem, onde a criança possa estar em constante desenvolvimento de suas capacidades.

De acordo com os estudos feitos durante a pesquisa, foi possível perceber uma grande necessidade de que o cuidar e o educar seja trabalhado de forma integrada, pois ficou claro na fala das professoras que uma das maiores dificuldades é não poder contar com uma auxiliar em sala de aula. Diante disso, faz-se necessária a formação contínua de profissionais que atuam na educação infantil, para que dessa forma eles possam realmente estar preparados para atender a esta clientela que hoje se apresenta de forma bem diversificada.

Constatamos com esta pesquisa que é preciso maior investimento por parte do poder público, na contratação de profissionais e na capacitação destes para se obter uma melhor qualidade na educação infantil, pois acreditamos que é nessa etapa que se inserem os valores que serão internalizados pelas crianças e que serão levados pelos anos subsequentes.

O professor também deve fazer sua parte, procurando uma contínua formação, tentando fazer de cada momento de cuidado, um momento educativo e lúdico. Deve estar ainda sempre fazendo cursos que possam facilitar suas práticas no cotidiano escolar, para dessa forma estar preparado para trabalhar e enfrentar os obstáculos do dia a dia escolar, assim como incluir em seus projetos pedagógicos atividades que integrem o cuidar e o educar de forma prática.

Contudo, percebi que as respostas das professoras são contrárias as suas ações, elas dizem, mas não o fazem. O que nos desperta uma decepção. Dizer o que não faz ou fazer o que não diz, não é exatamente o que esperamos de um educador.

Embora dificuldades e limitações existam confrontar a prática com a teoria dita pelas professoras foi decepcionante. Minhas hipóteses não estão tão corretas. Mas o que nos abre um leque de oportunidade de trabalho e estudo a se fazer.

Assim, para uma educação infantil de qualidade, é importante que o cuidar e o educar andem juntos, e que família e escola estejam conscientes de seus papéis.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social das Crianças e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BRASIL. **Referencial Curricular Para A Educação Infantil**. V. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOGDAN, R, e BIKLEN, S. K. **Qualidade**. Reseach for education. Boston, Allyn and Bacon, Inc, 1982.

DIAS, Cleuza Sobral. **Possibilidades e limites no uso da abordagem (auto) biográfica no campo da Educação Ambiental**. In: GALIAZZI, Maria do Carmo, FERITAS, José Vicente de. (Orgs.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ed. Unijuí: São Paulo, 2005.

GARCIA, Regina Leite. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DPLA, 2001.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. In: TIRIBA, Léo. **Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas**; NASCIMENTO, Análise. **Educar e cuidar: muito além da rima**. São Paulo: Ática, 2005.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LISTA DE SIGLAS

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases)

MEC (Ministério da Educação)

SEF (Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil)